Data: 20/07/2017

Rubrica

n. 5

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

## PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2019.

Parecer n° 25/2019- MP

Ref.: Processo: E-07/002.9382/2017

Manifestação da Procuradoria do Inea. Termo de Ajustamento de Conduta nº 013/12. Minuta de Termo Aditivo. Prorrogação do prazo. Necessidade para execução total do projeto.

### I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo que teve início com o Ofício 799/2017/MPF/PRM/VR/JJAJ com recomendações do Ministério Público Federal–MPF ao Município de Volta Redonda sobre Termo de Ajustamento de Conduta–TAC nº 013/2012 e enviado a este Instituto para conhecimento.

O referido TAC foi firmado entre o MPF, o Instituto Estadual do Ambiente-Inea, o Município de Volta Redonda, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama e a União com vistas à adequação das ocupações irregulares na faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul, bem como à execução de projeto de















#### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

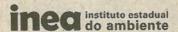
regularização fundiária sustentável do município de Volta Redonda<sup>1</sup> e está sendo acompanhado no bojo do processo E-07/502.549/2012.

Vale consignar que o TAC foi assinado em 2012 e já foram celebrados seis Termos Aditivos, com respectivos pareceres jurídicos por essa Procuradoria, tendo todos como objeto, essencialmente, a adequação dos compromissos às normas de competências e a prorrogação do prazo de vigência do compromisso, com a última prorrogação estipulada pelo sexto Termo Aditivo até 04/12/2018, conforme documentos constantes do processo E-07/502.549/2012, a saber:

- (i) Parecer RT nº 22/2012 (fls. 97/104), com análise da minuta de TAC celebrado em 04/06/2012 (fls. 141/152);
- (ii) Parecer MCC nº 32/2014 (fls. 268/273), em razão do primeiro Termo Aditivo nº 11/2014 (fls. 300/303) assinado em 03/06/2014;
- (iii) Parecer RAO nº 24/2015 (fls. 363/365), em razão do em razão do segundo. Termo Aditivo nº 07/2015 (fls. 370/373) assinado em 04/12/2015;
- (iv) Parecer RAO nº 94/2016 (fls. 419/421), em razão do terceiro Termo Aditivo nº 06/2016 (fls. 430/433) assinado em 02/12/2016;
- (v) Parecer RFF nº 25/2017 (fls. 495/498), em razão do quarto Termo Aditivo nº 02/2017 (fls. 501/505) assinado em 02/06/2017;
- (vi) Parecer TMD nº 63/2017 (fls. 560/563), em razão do quinto Termo Aditivo nº 06/2017 (fls. 569/573) assinado em 04/12/2017;
- (vii) Parecer TMD nº 30/2018 (fls.628/630), em razão sexto Termo Aditivo nº 01/2018 (fls. 665/669) assinado em 04/06/2018.

Consta às fls. 16/18 o indeferimento pelo MPF em 07/02/2019 do pedido de dilação de prazo (Oficio INEA/OUVID nº 52/2019) para o cumprimento do Ofício nº 1901/2018/MPF/PRM/LECOH que notifica este Instituto a apresentar o projeto de

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O Inquérito Civil nº 1.30.010.000066/2003-47 instaurado pelo MPF foi arquivado na instauração do procedimento administrativo nº 1.30.010.000217/2016-81 que visa acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta nº 013/2012.









Data: 20/07/2017

Rubrica



### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

regularização fundiária, bem como o relatório concernente ao cumprimento integral do TAC nº 013/2012. Em 12/02/2019 foi enviado Ofício INEA/OUVID nº 273/19 em cumprimento aos Ofícios nº 241/2019; 1901/2018/MPF/PRM/LECOH (fls. 21/26).

Na sequência, 25/03/2019, este Instituto recebeu Ofício 462/2019/MPF/PRM/LECOH com uma minuta do sétimo Termo Aditivo ao referido TAC (fls. 27/37) solicitando manifestação em 10 dias e, em 29/03/2019, foi enviado o Ofício INEA/OUVID nº 612/19 informando o interesse do Inea em participar do Termo Aditivo e solicitando a dilação de prazo para análise da minuta (fl. 39). Foi deferida a prorrogação do prazo pelo MPF para 60 dias (fl.40), conforme Despacho nº 899/2019 de 25/04/2019.

Consta às fls. 65/101 os documentos comprobatórios do cumprimento integral do TAC nº 013/2012: (i) relatório de cumprimento do item II.3 da Cláusula 2ª referente à elaboração da primeira etapa do plano de regularização fundiária realizado em 08/02/2019; (ii) manifestação da superintendência regional da SUPMEP em 15/02/2019 quanto ao cumprimento dos demais itens da Cláusula 2ª do TAC, quais sejam: II.1, II.2 e II.4 (fl. 86); (iii) planilhas de acompanhamento de TAC (fls. 87/96). (iv) Ofício enviado à Prefeitura de Volta Redonda informando o cumprimento dos compromissos assumidos no TAC por este Instituto e solicitando a sua manifestação quanto ao cumprimento dos seus compromissos visando o encerramento deste por meio de Termo de Quitação.

Em 16/07/2019 foi realizada reunião com o MPF (fls. 119/120) para tratar sobre o sétimo Termo Aditivo ao TAC nº 013/2012 e foi consignado pelo parquet que "tendo em vista a intenção do Município para a implantação do projeto foi feita a proposta de prorrogação de TAC" e também que "alguns Municípios não terão condições de realizar todas as etapas da regularização fundiária". Os representantes do Inea informaram, em suma, a dificuldade em assumir tal compromisso porquanto o Instituto não possuir recursos financeiros e funcionários para esta destinação, informando que o compromisso assumido pelo Inea no TAC foi cumprido e seu prazo está exaurido, não sendo possível assinar novo Termo Aditivo.

Nesse diapasão, o presente processo foi encaminhado a esta procuradoria para manifestação sobre a possibilidade de (i) celebrar o sétimo Termo Aditivo ao TAC nº









FIs.

Data: 20/07/2017



ID:



#### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

013/2012 e (ii) aproveitar o TAC com novos compromissos a serem assumidos pelo Inea, uma vez que foi demonstrado o cumprimento do referido TAC em sua inteireza (fls.134/135).

Contudo, a despeito da informação do cumprimento do TAC nº 013/2012 por este Instituto, foi realizada reunião em 20/08/2019 em razão de informações prestadas pela Prefeitura relatando falhas no projeto de regularização fundiária apresentado pelo Inea (fl.138).

É o breve relato do indispensável. Passamos às análises necessárias.

## II. DA FUNDAMENTAÇÃO

# 2.1 Do Termo de Ajustamento de Conduta e Termo Aditivo - Prazo de Vigência do TAC e Possibilidade de Prorrogação

No caso em análise, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta identificado sob o nº 013/2012, assinado em 04/06/2012, e versa principalmente sobre a adequação das ocupações irregulares na faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul, bem como a elaboração da primeira etapa do plano de regularização fundiária sustentável do município de Volta Redonda pelo Inea.

A base legal do TAC é o § 6º do art. 5º da Lei 7.345/85, ou seja, é um instrumento de conciliação extrajudicial com vistas a evitar ou por fim a propositura de ação civil pública (Ofício MPF/PRM/VR/GAB/RCL nº 575/2011 – fl. 02 do processo administrativo de acompanhamento do TAC - E-07/502.549/2012).

A questão relacionada à prorrogação do Termo deve ser analisada sob o prisma do disposto na Cláusula 6ª do instrumento, que disciplina que: "o prazo de vigência do presente do TAC é de vinte e quatro meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, até seu integral adimplemento".





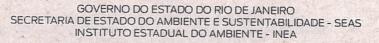




Data: 20/07/2017

Rubrica A Wall

ID:



O prazo original de vigência do TAC em questão se encerrou em 04/12/2018, sem que outro Termo Aditivo tivesse sido efetivamente assinado pelas partes. Todavia, desde que haja interesse/anuência dos demais órgãos e entidades celebrantes do ajuste, é possível a prorrogação do prazo de vigência do mesmo considerando o compromisso inicial assumido por este Instituto.

Foi informado pelo corpo técnico do Inea que o TAC foi cumprido em sua inteireza. Assim, não existe interesse desta Autarquia em prorrogar a vigência do referido TAC em razão de esta já ter adimplido seus compromissos (fls. 119/120), devendo solicitar ao MPF o devido Termo de Quitação.

Apesar disso, consta na ata da reunião realizada em 20/08/2019 que a Prefeitura encontrou falhas no projeto de regularização fundiária apresentado pelo Inea (fl.138). Logo, é sensato que sejam verificadas se tais apontamentos interferem na informação sobre o integral cumprimento do TAC por este Instituto, em especial sobre a elaboração da primeira etapa do plano de regularização fundiária sustentável, ou seja, se o projeto ainda precisa ser refeito ou complementado por este Instituto.

Assim, importante conferir se as obrigações estipuladas no TAC foram de fato atendidas para evitar a multa estipulada no Compromisso consoante à sua Clausula 4ª: "o inadimplemento parcial ou total de quaisquer cláusulas presentes neste instrumento acarretará multa diária de R\$1.000,00 (mil reais)".

Portanto, deve ser averiguada a ocorrência ou não do atendimento aos compromissos estipulados no TAC nº 013/2012 e atestando o seu cumprimento, deve ser pleiteado o devido Termo de Quitação ao MPF. De outro modo, caso sejam necessárias medidas adicionais para o devido cumprimento do ajuste, não há óbice jurídico para a celebração do sétimo Termo Aditivo visando à sua prorrogação.









Data: 20/07/2017 Fls.



ID:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

# 2.2 Da Possibilidade de Aproveitar o TAC com Novos Compromissos a Serem Assumidos pelo Inea

Os compromissos assumidos especificamente pelo Inea no TAC nº 013/2012 estão essencialmente na cláusula 2ª do Termo de Ajustamento de Conduta em questão.

Em tese, a celebração de um ajuste com novos compromissos deve ser formalizada mediante análise técnica que ateste a capacidade do Inea para cumprir o TAC com as inclusões sugeridas pelo *parquet* e os eventuais impactos decorrentes da sua assinatura, já que eventual descumprimento poderá ensejar a multa diária nele prevista e outras medidas cabíveis.

No caso em comento já houve manifestação do corpo técnico em reunião com o MPF realizada em 16/07/2019 (fls. 119/120) sobre a dificuldade em assumir os novos compromissos propostos na minuta do sétimo Termo Aditivo do TAC nº 013/2012. Naquela oportunidade foi explicado que o Inea não possui recursos financeiros e funcionários para isso.

Portanto, caso seja atestado o cumprimento do ajuste por esta Autarquia, não existe razão que o Inea permaneça figurando como compromissado no TAC, devendo ser solicitado ao MPF o seu Termo de Quitação.

No entanto, se as novas obrigações do lnea se limitarem a acompanhar o andamento das medidas previstas no TAC, considerando-se a competência comum para atuar na defesa do meio ambiente e o dever constitucional de colaboração entre os órgãos interessados na tutela deste direito fundamental, sugerimos retirar o lnea como compromissado e incluí-lo como interveniente do TAC, podendo oferecer apoio necessário, nos termos do Art. 16 da LC 140/2011.

Importa ressaltar a previsão de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais) pelo inadimplemento total ou parcial de quaisquer cláusulas presentes no instrumento. Note-se que, nos termos da minuta apresentada, esta multa seria aplicável a fodos os compromissados, inclusive ao Inea.





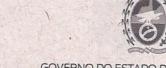




Data: 20/07/2017 /

Rubrica M

2/1



### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Como anteriormente destacado, caso seja atestado o cumprimento integral do TAC nº 013/2012 por este Instituto, é prudente retirar o Inea do polo passivo deste TAC e, caso assim não se entenda, seria prudente mencionar expressamente que a multa não é aplicável ao Inea, na medida em que não haveria conduta da autarquia ambiental a ser exigida, além daquelas ordinariamente já impostas nos termos da lei.

Entretanto, considerando-se que consta na ata da reunião realizada em 20/08/2019 que a Prefeitura encontrou falhas no projeto de regularização fundiária apresentado pelo Inea (fl.138), deve ser verificado se tais apontamentos interferem na informação sobre o integral cumprimento do TAC, em especial sobre a elaboração da primeira etapa do plano de regularização fundiária sustentável.

Caso as falhas indicadas pelo Município tenham interferido no cumprimento do TAC nº 013/2012, deve ser celebrado um Termo Aditivo para prorrogar o seu prazo nos termos da Cláusula 6ª do instrumento: "o prazo de vigência do presente do TAC é de vinte e quatro meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, até seu integral adimplemento".

Assim sendo, após a verificação do cumprimento do TAC, caso seja apurado o seu adimplemento, deve ser solicitado o Termo de Quitação ao MPF. Entretanto, no caso de haver a necessidade de revisão ou complementação da primeira etapa do plano de regularização fundiária sustentável do município de Volta Redonda pelo Inea, a minuta apresentada pelo *parquet* às fls.104/114 deve ser alterada para suprimir a sua Cláusula 4ª a respeito de novas obrigações do Inea, devendo a celebração do sétimo Termo Aditivo visar apenas à prorrogação do TAC.

## III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, tem-se que:

(i) Consta na ata da reunião realizada em 20/08/2019 que <u>a Prefeitura de Volta</u>

Redonda encontrou falhas no projeto de regularização fundiária apresentado
pelo Inea (fl.138), portanto, devem ser verificadas se tais apontamentos









Data: 20/07/2017 Fls.



ID:



### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

interferem na informação sobre o integral cumprimento do TAC por esta Autarquia, em especial sobre a elaboração da primeira etapa do plano de regularização fundiária sustentável do Município de Volta Redonda.

- (ii) Caso as falhas indicadas pelo Município tenham interferido no cumprimento do TAC nº 013/2012, ou seja, se realmente o projeto ainda precisar ser refeito ou complementado por este Instituto, deve ser celebrado um Termo Aditivo para prorrogar o seu prazo, nos termos da Cláusula 6ª do instrumento: "o prazo de vigência do presente do TAC é de vinte e quatro meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, até seu integral adimplemento". Nesse caso a minuta apresentada pelo parquet às fls.104/114 deve ser alterada para retirar a sua Cláusula 4ª a respeito de novas obrigações do Inea, devendo a celebração do sétimo Termo Aditivo visar apenas à prorrogação do TAC.
- (iii) No caso de se restar configurado o adimplemento integral das obrigações assumidas no TAC nº 013/2012 por esta Autarquia, sugere-se que seja pleiteado ao MPF o seu devido Termo de Quitação;
- (iv) Vale ressaltar que o Termo de Quitação não obsta a celebração de um novo ajuste em que o Inea figure como interveniente, colaborando com o Município, nos termos do Art. 16 da Lei Complementar 140/2011.

É o parecer, que submeto a V. Sa. para superior consideração.

Michelli Pontual
Assessora Jurídica/ ID. Funcional: 51014068
GEDAM / Procuradoria do Inea







Data: 20/07/2017

Rubrica

:ZM#00H-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

### VISTO

APROVO o Parecer n° 25/2019-MP, referente à consulta no Processo n° E-07/002.9382/2017

Devolva-se à **SEAPRES**, para adoção das medidas necessárias tendentes à continuidade do procedimento administrativo.

Rio de Janeiro, 30de setembro de 2019.

Leonardo David Quintanilha de Oliveira Procurador do Estado Procurador-Chefe do Inea em exercício ID. Funcional: 4387427-4







